

ANO 2014 .....

PROCESSO Nº .....



## Câmara Municipal de Bebedouro

### SECRETARIA

ESPÉCIE PROJETO DE LEI Nº 56/2014 .....

OBJETO DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$6.997,13

(SEIS MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E TREZE CENTAVOS), QUE ESPECIFICA.

Apresentado em sessão do dia 14/04/2014 .....

Autoria PODER EXECUTIVO .....

Encaminhamento às Comissões de .....

Prazo final .....

Aprovado em 14/04/2014 .....

Rejeitado em ..... / ..... / .....

Autógrafo de Lei nº 4759/2014 .....

Lei nº 4807 DE 16 DE ABRIL DE 2014 .....



*Unindo esforços, somando competências*

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361  
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta  
BEBEDOURO - Estado de São Paulo  
Fone: (17) 3345-9100 - www.bebedouro.sp.gov.br

## **LEI Nº 4807 DE 16 DE ABRIL DE 2014**

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (seis mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), que especifica.**

**O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (seis mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), para suplementação de verba do orçamento vigente.

**Art. 2º** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

**09 Assistência e Promoção Social**

09.02.00 Cons. Mun. Dir. Criança e Adolescente  
3.3.50.00.00 08.243.4001.2356-03

Subvenções Sociais ..... R\$ 6.997,13.

**Art. 3º** O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro 16 de abril de 2014.

**Fernando Galvão Moura**  
**Prefeito Municipal**

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 16 de abril de 2014.

**Ivanira A de Souza**  
**Assessor Técnico**

*“Deus Seja Louvado”*



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/145/2014 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 15 de abril de 2014.

Excelentíssimo Senhor,

Informo-lhe que na sessão ordinária realizada ontem foram aprovados os Projetos de Lei n. 30 (mensagem), 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62 e 63/2014, todos de autoria do Poder Executivo.

Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo os Autógrafos de Lei de n. 4757 a 4766/2014.

Atenciosamente,

  
**Angelo Rafael Latorre Daolio**  
**PRESIDENTE**

Excelentíssimo Senhor  
Fernando Galvão Moura  
PREFEITO MUNICIPAL  
BEBEDOURO - SP

22/04/14  
Amador



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4759/2014

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (seis mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), que especifica.**

De autoria do Poder Executivo

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor, a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (seis mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), para suplementação de verba do orçamento vigente.

**Art. 2º** Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação:

**09 Assistência e Promoção Social**

09.02.00 Cons. Mun. Dir. Criança e Adolescente

3.3.50.00.00 08.243.4001.2356-03

Subvenções Sociais .....

R\$ 6.997,13.

**Art. 3º** O valor do presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320/64.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas, se necessário.

**Art. 5º** Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 15 de abril de 2014.

  
**Angelo Rafael Latorre Daolio**  
PRESIDENTE

  
**Luiz Carlos de Freitas**  
1º SECRETÁRIO

  
**José Roberto De Rosis Mazzeu**  
2º SECRETÁRIO

“Deus Seja Louvado”

14



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Parecer da Comissão de Assuntos Gerais ao Projeto de Lei n. 56/2014, de autoria do Poder Executivo.

**Ementa: Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (seis mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), que especifica.**

O Relator da Comissão de Assuntos Gerais da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer  
.....*Deputado Paulo Henrique Ignácio Pereira*.....

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

*Paulo Henrique Ignácio Pereira*  
**Paulo Henrique Ignácio Pereira**  
**RELATOR**

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.

*José Roberto de Rosis Mazzeu*  
**José Roberto de Rosis Mazzeu**  
**PRESIDENTE**

*Juliano Cesar Rodrigues*  
**Juliano Cesar Rodrigues**  
**MEMBRO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

## COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei n. 56/2014, de autoria do Poder Executivo.

**Ementa:** Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (seis mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), que especifica.

O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de X (REGULARIDADE).....

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

  
**Tiago Bosco de Souza Elias**  
**RELATOR**

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.

  
**Nasser José Delgado Abdallah**  
**PRESIDENTE**

  
**Luiz Carlos de Freitas**  
**MEMBRO**



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 56/2014, de autoria do Poder Executivo.

**Ementa:** Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (seis mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), que especifica.

A Relatora da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

*regularidade e constitucionalidade*

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

*[Handwritten signature]*  
**Sebastiana Maria Ribeiro Tavares de Camargo**  
**RELATORA**

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pela Relatora.

*[Handwritten signature]*  
**Fernando Jose Piffer**  
**PRÉSIDENTE**

*[Handwritten signature]*  
**José Baptista de Carvalho Neto**  
**MEMBRO**



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

**PROJETO DE LEI Nº 56/2014:** Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$6.997,13 (seis mil, novecentos e noventa e sete reais e treze centavos) que especifica.

## PARECER DO ASSISTENTE JURÍDICO LEGISLATIVO

1 – Diante das atribuições pertinentes ao Assistente Jurídico – Legislativo (Resolução 74/2003) passo a emitir meu parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dispõe sobre a abertura de **crédito adicional suplementar** no valor de R\$6.997,13 (seis mil, novecentos e noventa e sete reais e treze centavos) que especifica.

Assim, antes de qualquer coisa, entendo fundamental esclarecer que **créditos adicionais** são as **autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária Anual**. É o que consta do art. 40, da Lei Federal nº 4.320/64.

Nesse sentido, é certo que os créditos adicionais classificam-se em **suplementares, especiais e extraordinários**. Os **suplementares** destinam-se ao reforço de dotação orçamentária, ao passo que os **especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica e, finalmente, os **extraordinários** destinam-se a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, tudo conforme consta do art. 41, da lei federal acima referida.

Isto posto, passo a dar meu parecer.

### EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

#### DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

2 – Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do município em legislar sobre assuntos de interesse local. Assim, nota-se claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI, dado que a abertura de crédito adicional no orçamento municipal se insere, inegavelmente, dentre os assuntos de interesse local. Ademais, a CF/88 prevê mais especificamente em seu artigo 167, inciso V, que poderão ser abertos créditos adicionais condicionados à prévia autorização legislativa.

Portanto, o que o Poder Executivo busca nesse momento, através de LEI, é apenas a **AUTORIZAÇÃO LEGISLATIVA**.

#### DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

3 – O artigo 58, inciso IV, da LOMB versa acerca de algumas matérias reservadas à competência exclusiva do Prefeito Municipal, dentre as quais estão as matérias orçamentárias, bem como as autorizações para abertura de créditos adicionais, que se envolvem intimamente com o orçamento municipal:

**ART. 58** – *Compete exclusivamente ao Prefeito Municipal a iniciativa do Projeto de Lei que disponha sobre:*

“Deus seja louvado”

10





# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75  
www.camarabebedouro.sp.gov.br

*IV - **matéria orçamentária** e a que autorize a abertura de créditos adicionais ou conceda auxílios, prêmios ou subvenções;*

Neste aspecto, portanto, inegável que a INICIATIVA do presente PROJETO DE LEI partiu justamente de quem tinha competência para fazê-lo. Assim, não há que se falar em vício de iniciativa quanto à matéria proposta.

## DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64

4 – Cuidou o autor do projeto de observar o artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, na medida em que ele esclarece que, por ocasião da abertura do crédito, que se dará por decreto executivo (vide art. 3º do projeto), é que será indicada a disponibilidade de recursos para cobrir o crédito adicional em questão.

Nesse sentido, a questão comporta alguns esclarecimentos. Pois, verifica-se do artigo 42, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que:

*Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.*

donde temos, que a “**autorização por lei**” e a “**abertura por decreto**” são dois atos distintos, cabendo-nos, por ora, abordarmos tão somente a questão da autorização legislativa.

Assim, muito embora possam surgir algumas dúvidas acerca da indicação dos recursos disponíveis para ocorrer às despesas especificadas no art. 1º, temos como certo de que tal indicação somente será necessária, por ocasião da efetiva ABERTURA DO CRÉDITO cuja autorização ora se busca. Vai nesse sentido, não só o artigo 167, inciso V, da CF, como também o artigo 43, da Lei 4.320/64, dispositivos estes que rezam com clareza o seguinte:

*Art. 167. São vedados:*

*V - a **abertura de crédito** suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;*

*Art. 43. A **abertura dos créditos** suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.*

de modo que, por ocasião da edição do Decreto (vide art. 42, da Lei Federal nº 4.320/64), indispensável será a INDICAÇÃO DOS RECURSOS DISPONÍVEIS em atendimento aos artigos acima mencionados, bem como indispensável será a indicação da importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível, conforme determina o artigo 46, da Lei 4.320/64.

Portanto, muito embora fique o Poder Executivo autorizado desde já à abertura do crédito adicional, tal abertura somente ocorrerá efetivamente com a edição do decreto executivo no qual deverá conter obrigatoriamente a indicação da disponibilidade de recursos.

A respeito do tema, Hely Lopes Meirelles (vide Direito Municipal Brasileiro, 14ª edição, Malheiros Editores, pág. 743) ensina:

Os **créditos suplementares** são os que se destinam a reforço das dotações orçamentárias da despesas. São “*Deus seja louvado*”



# CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO  
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

normalmente autorizados por lei especial e abertos por decreto do Executivo. Mas a lei orçamentária também pode fazê-lo, consoante o permite a constituição da República (art. 165, §8º). (...)

Os **créditos especiais** destinam-se a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. São autorizados pela Câmara e abertos por decreto do Executivo. Esses créditos só se justificam quando as despesas imprevistas a que visam ocorrer, surgidas posteriormente à elaboração do orçamento, não encontrem cobertura nos recursos da *reserva de contingência*. De outra parte, é através da utilização de *créditos especiais* que se tornam disponíveis os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de LOA, ficarem sem despesas correspondentes (CF, art. 166, §8º).

Tanto a abertura de créditos suplementares como a de especiais dependem da existência de *recursos disponíveis* para a despesa e serão precedidas de exposição justificativa. Tais recursos provirão do **superávit financeiro** apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; do **excesso de arrecadação**; da **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais** autorizados e não utilizados; ou do **produto de operações autorizadas**, em forma que juridicamente possibilite ao Poder executivo realizá-la. A Lei 4.320, de 1964, nos §§2º e 3º, do art. 43, diz o que se deve entender por **superávit** e **excesso de arrecadação**.

Diante do exposto, não vejo qualquer vício de competência ou legalidade que macule a iniciativa contida no PROJETO DE LEI em foco, mormente porque já consta na própria LOA – Lei Orçamentária Anual nº 4.751/13, no art. 6º, inciso I, autorização legislativa para que o Poder Executivo suplemente até 20% do total das despesas fixadas no art. 4º que é de R\$211.920.000,00. Nesse sentido, uma vez atendidos os dispositivos de lei acima mencionados, não vejo óbice à aprovação do presente PROJETO DE LEI.

É meu parecer, s.m.j.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 10 de abril de 2014.

  
Antonio Alberto Camargo Salvatti  
Assistente Jurídico Legislativo  
OAB/SP 112.825.

“Deus seja louvado”



**Prefeitura de  
Bebedouro**

ADM. 2013/2016

*Unindo esforços, somando competências*

Praça José Stamato Sobrinho - Nº 45 - CEP 14701-009 - Cx Postal 361  
CNPJ - 45.709.920/0001-11 - Insc. Est. Isenta  
BEBEDOURO - Estado de São Paulo  
Fone: (17) 3345-9100 www.bebedouro.sp.gov.br

Bebedouro Capital Nacional da Laranja, 01 de abril de 2014.  
OEP/243/2014

Senhor Presidente

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Egrégia Câmara, **em regime de urgência especial**, o Projeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (seis mil, novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), que especifica.

O crédito em questão refere-se à despesa com repasse em parcela única de subvenção referente ao IRRF destinado às entidades relacionadas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro.

Cordialmente.

**Fernando Galvão Moura**  
**Prefeito Municipal**

**A Sua Excelência o Senhor**  
**Angelo Rafael Latorre Daolio**  
**Presidente da Câmara Municipal**  
**Bebedouro-SP.**

“Deus Seja Louvado”

07



**PROJETO DE LEI Nº 56/2014.**

**Dispõe sobre abertura de crédito suplementar no valor de R\$6.997,13 (seis mil, novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), que especifica.**

**O Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais,**

Faz saber que a Câmara Municipal aprova a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica autorizada na Contadoria Municipal, nos termos da legislação em vigor Abertura de um crédito suplementar no valor de R\$6.997,13 (seis mil, novecentos e noventa e sete reais e treze centavos), para suplementação da seguinte verba do orçamento vigente.

**Art. 2º** - Para abertura do crédito a que se refere o artigo 1º, será utilizada a seguinte dotação.

**09 Assistência e Promoção Social**

09.02.00 Cons. Mun. Dir. Criança/Adolesc

3.3.50.00.00 08.243.4001.2356-03

Subvenções Sociais ..... 6.997,13

**Total** ..... **6.997,13**

**Art. 3º** - O valor do presente crédito será aberto por Decreto do Executivo, nos termos do Artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

**Art. 4º**- As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 01 de abril de 2014.

**Fernando Galvão Moura**  
**Prefeito Municipal**

**“Deus Seja Louvado”**

APROVADO EM 14/04/14

8 VOTOS FAVORÁVEIS

— VOTOS CONTRÁRIOS

— ABSTENÇÕES

2 AUSÊNCIAS

Angelo Rafael Latorre  
PRESIDENTE

**AUSENTE DO QUORÃO**

---

**VEREADOR(S)**

**FERNANDO JOSÉ PIFFER**  
**VEREADOR**

**VALDECI RAMOS DE CASTRO**  
**VEREADOR**



### Crédito Suplementar

**Art. 1º.** ...a abertura de um crédito suplementar no valor de R\$ 6.997,13 (Seis mil, novecentos e noventa e sete reais e treze centavos).

<b>09</b>	<b>Assistência e Promoção Social</b>		
<b>09.02.00</b>	<b>Cons.Mun. Dir.Criança/Adolesc.</b>		
3.3.50.00.00 08 243 4001 2356 - 03	Subvenções Sociais _____		6.997,13
	<b>Total</b>		<b>6.997,13</b>

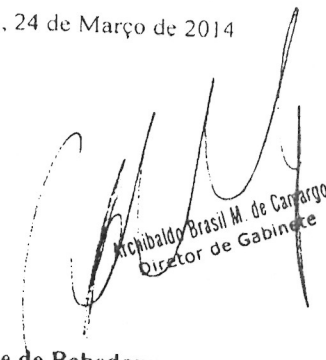
**Art. 2º.** O valor de presente crédito será aberto por decreto do Executivo, nos termos do artigo 43 da Lei Federal 4320/64.

**OBS:** Repasse em parcela única de subvenção referente ao IRRF destinado às entidades relacionadas ao Conselho Municipal de dos Direitos da Criança e Adolescente de Bebedouro, a título de ressarcimento a partir de 01 de janeiro de 2014.

Bebedouro, 24 de Março de 2014

Ofício nº043/2014

Ilmo.Sr

  
Michibaldo Brasil M. de Carvalho  
Diretor de Gabinete

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro – CMDCA, vem por meio deste encaminhar à Vossa Senhoria os valores que serão atribuídos as Instituições Sociais que obtiveram seus projetos aprovados pelo Colegiado, conforme segue discriminado em planilha anexa.

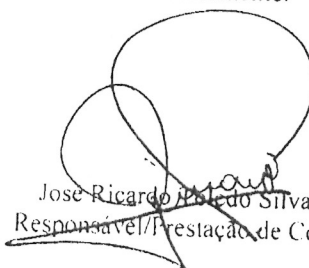
Solicitamos a elaboração da Lei para ser enviada à Câmara Municipal com recursos oriundos da destinação do Imposto de Renda para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente da Conta 130.251-5 Ag. 0054- X – Banco do Brasil S/A

O recurso deverá ser repassado em parcela única a serem executadas de Março a Dezembro de 2014, a título de ressarcimento a partir de 01 de Janeiro de 2014.

Estando sempre a disposição para outros esclarecimentos, somos gratos.

Atenciosamente.

  
Rita de Cássia Salvador Pinto de Almeida  
Presidente do CMDCA

  
Jose Ricardo Pinedo Silva  
Responsável/Prestação de Contas

Ilmo. Sr.  
Josué Marcondes de Souza  
Diretor Financeiro

Bebedouro, 24 de Março de 2014

Ofício nº042/2014

O CONSELHO MUNICIPAL DO CMDCA (CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BEBEDOURO), órgão permanente, deliberativo e normativo no âmbito municipal, vem através deste encaminhar os valores da subvenção referente a recursos de 1% (um por cento) do Imposto de Renda, das entidades sociais para o ano de 2014.

SUBVENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA- 2014 Repasse de Recurso Aprovado	
ENTIDADES/CMDCA IR	Valor Parcela Única
Casa de Santa Clara CNPJ: 57.725.483/0001-09	R\$ 46.774,00
Casa Santo Expedito CNPJ: 02.203.512/0001-80	R\$ 84.995,69
Caecc (Lar Espírita Jesus de Nazaré) CNPJ: 45.304.854/0001-08	R\$ 2.750,00
Ceprobem (Centro Estudos e Projetos para o Bem do Menor) CNPJ: 45.303.856/0001-74	R\$ 900,00
Casa da Criança Irmã Crucifixa CNPJ: 45.244.183/0001-29	R\$ 525,00
Centro Comunitário Alto da Boa Vista (Centro de Educação Infantil Lourenço Santin) CNPJ: 48.530.703/0001-58	R\$ 3.750,00
Educandário Santo Antonio CNPJ: 51.796.621/0001-64	R\$ 73.579,45
Artsol (Associação Arte e Solidariedade) CNPJ: 07.992.978/0001-26	R\$ 44.872,34
Avida (Associação de Valorização Integral do Deficiente Auditivo) CNPJ: 74.494.436/0001-10	R\$ 2.175,00
ADB (Associação dos Deficientes de Bebedouro) CNPJ: 57.713.174/0001-19	R\$ 4.350,00



Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bebedouro) CNPJ: 45.306.008/0001-19	R\$ 22.675,65
DCA (Desenvolvendo a Criança e o Adolescente) CNPJ: 60.249.067/0001-96	R\$ 20.000,00
Associação Jesus Caminho Seguro CNPJ: 02.857.590/0001-07	R\$ 1.650,00
Caecc (Centro Assistencial Espírita do Calvário ao Céu) CNPJ: 45.304.854/0001-08	R\$ 1.750,00
Glav (Grupo Luta Amor à Vida) CNPJ: 72.916.125/0001-77	R\$ 250,00
<b>TOTAL:</b>	<b>R\$ 310.997,13</b>


Total da Subvenção do Imposto de Renda (CMDCA) de 2014 – R\$ 310.997,13  
(Trezentos e dez mil novecentos e noventa e sete reais e treze centavos).

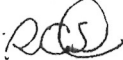
Bebedouro, 24 de Março de 2014.

Dotação Orçamentária nº

Subvenção Janeiro/Dezembro – 2014

Subvenção de Ressarcimento ao mesmo período.

  
José Ricardo Toledo Silva  
Responsável/Prestação de Contas

  
Rita de Cássia Salvador Pinto de Almeida  
Presidente do CMDCA

Ilmo. Sr.  
Josué Marcondes de Souza  
Diretor Financeiro

**PROJETOS CMDCA – Fonte: IMPOSTO DE RENDA – 2014**

Eixo Prioritário	NOME PROJETO	INSTITUIÇÃO	VALOR A SER REPASSADO
Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária - Abrigo	Mãos Dadas em Ação	CASA SANTO EXPEDITO	RS 84.995,69
Prevenção e Combate a Violência Doméstica, ao Abuso e Exploração Sexual Infanto Juvenil	Plano de Trabalho Institucional	CAECC- Lar Espirita Jesus de Nazaré	RS 2.750,00
Prevenção e Combate a Violência Doméstica, ao Abuso e Exploração Sexual Infanto Juvenil	Plano de Trabalho Institucional	CASA DA CRIANÇA	RS 525,00
Prevenção e Combate a Violência Doméstica, ao Abuso e Exploração Sexual Infanto Juvenil	Prevenção ainda é a melhor solução	EDUCANDÁRIO	RS 73.579,45
Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiências	Saúde Auditiva	A VIDA	RS 2.175,00
Programa de Atendimento às Pessoas com Deficiências	Fazendo Arte	APAE	RS 22.675,65
Programa de Prevenção, Atendimento e encaminhamento a drogadição infanto juvenil	Plano de Trabalho Institucional	CAMINHO SEGURO	RS 1.650,00
Programa de Prevenção, Atendimento e encaminhamento a drogadição infanto juvenil	Fazer Acontecer	GLAV	RS 250,00
			RS 310.997,13